

**Arkley Marques Bandeira**

# **OS PIONEIROS E SEU LEGADO NA CONSTRUÇÃO DA ARQUEOLOGIA DO MARANHÃO: fase científica (1965-2013)**

---

## **RESUMO**

Este artigo aborda construção da arqueologia maranhense como área do conhecimento, abordando as principais referências que contribuíram para o desenvolvimento da disciplina, com ênfase nos primeiros projetos de cunho científico realizados no Maranhão. Este período foi caracterizado pelo crescimento da disciplina, sobretudo em virtude da presença de arqueólogos e pela existência de projetos de investigação com problemáticas de estudo bem definidas para responder hipóteses de trabalho sobre as ocupações humanas deste Estado. Trata-se de um momento mais recente na trajetória desta área do conhecimento, datado a partir da última metade do século XX e se estendendo até os dias atuais. Este período é classificado por alguns pesquisadores como o momento de impulso popular à institucionalização da pesquisa e ao ensino formal à consciência de classe, também denominado como o período formativo da pesquisa moderna (1950–1965) até as pesquisas recentes (1965–2013). Portanto, neste documento, a trajetória da arqueologia maranhense será apresentada por uma perspectiva histórica, tendo em vista as principais contribuições para a construção desta área do conhecimento, sob a égide da história das ciências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arqueologia; História; Maranhão; Pesquisa Científica.

---

## ABSTRACT

This article discusses the construction of Maranhão archeology as an area of knowledge, addressing the main references that contributed to the development of the discipline, with emphasis on the first scientific projects carried in Maranhão. This period was characterized by the growth of the discipline, mainly due to the presence of archaeologists and the existence of research projects with well defined study problems to answer working hypotheses about the human occupations of this State. This is a more recent moment in the trajectory of this area of knowledge, dating from the last half of the twentieth century and extending to the present day. This period is classified by some researchers as the moment of popular impetus to the institutionalization of research and formal education to class consciousness, also called the formative period of modern research (1950–1965) until recent research (1965–2013). Therefore, in this document, the trajectory of Maranhão archeology will be presented by a historical perspective, considering the main contributions to the construction of this area of knowledge under the aegis of the history of the sciences.

**KEYWORDS:** Archaeology; History; Maranhão; Scientific Research.

---

## INTRODUÇÃO

Compreender a arqueologia por uma perspectiva histórica é um ponto de partida fundamental para se avaliar a história de seu pensamento. A visão historicista auxilia na compreensão de sua trajetória, influenciada pelos fluxos e refluxos da filosofia das ciências.

Reconhecer que a arqueologia não é um ente isolado no âmbito das ciências ocidentais permite trilhar a história das correntes teóricas que envolvem a produção do conhecimento e, mais que isso, ilustra as particularidades de sua inserção em distintos contextos.

Nos Cadernos do LEPAARQ – UFPEL N. 19, (abril de 2013) foi publicado o artigo *Os Pioneiros e Seu Legado na Construção da Arqueologia do Maranhão*, de minha autoria, no qual foi abordada a importância dos viajantes, cronistas, religiosos e pensadores para a construção da arqueologia maranhense, quando esta nem se organizava como uma área

do conhecimento, tendo como foco os séculos XVII, XVIII e XIX (BANDEIRA, 2013a).

Este artigo é uma continuidade do primeiro e enfoca o período no qual o conhecimento arqueológico foi desenvolvido por intelectuais e pesquisadores especializados, com uma problemática de estudo definida para responder hipóteses de trabalho sobre as ocupações humanas no Maranhão. Trata-se de um período mais recente na trajetória desta área do conhecimento, datado a partir da última metade do século XX e se estendendo até os dias atuais.

A perspectiva historicista aqui adotada partilha dos mesmos postulados teóricos apresentados para o período inicial da arqueologia maranhense, tendo em vistas as várias tentativas de periodização para o desenvolvimento desta disciplina no Brasil.

Neste contexto, como bem afirmou Collingwood (1937), nenhum problema histórico deve ser estudado sem que se estude a história do pensamento histórico a seu respeito (apud DUNNEL, 1984).

No Brasil, existem várias tentativas de periodização da arqueologia, a exemplo das sínteses de Mendonça de Souza (1991), Prous (1992) e Funari (1999)<sup>1</sup>.

Neste artigo, é abordada a trajetória da arqueologia maranhense que se enquadra entre as categorias criadas pelos principais organizadores do pensamento arqueológico no Brasil, a exemplo do: impulso popular à institucionalização da pesquisa (1889–1961) e ao ensino formal à consciência de classe (1961–1985) (MENDONÇA DE SOUZA, 1991); ao período formativo da pesquisa moderna (1950–1965) até as pesquisas recentes (1965–2003) (PROUS, 1992) e aos períodos da Pesquisa Universitária (1950–1964); Militar (1964–1985) e tendências atuais (1985–2003) (FUNARI, 1999).

## **PROJETOS ACADÊMICOS E AS PRIMEIRAS PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A ARQUEOLOGIA MARANHENSE**

A partir da década de 1960, os institutos e agremiações científicas perderam espaço na produção do conhecimento para as recém-criadas universidades brasileiras. No Maranhão esta situação não foi diferente, sendo evidente o esmorecimento do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão na linha de frente dos estudos culturais e científicos. Inclusive, com muitos intelectuais se transferindo para as faculdades especializadas

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes sobre esta periodização ver o artigo de Bandeira *Os Pioneiros e Seu Legado na Construção da Arqueologia do Maranhão*, publicado em abril de 2013 pela Revista do LEPAARQ – UFPEL v. 10, n. 19, p. 7–58.

em distintas áreas do conhecimento.

No campo da arqueologia, mesmo com a diversidade e especificidade dos sítios arqueológicos do Maranhão, muito pouco foi feito para se compreender as ocupações humanas deste Estado até a década de 1970.

Semelhantemente ao trabalho pioneiro de Raimundo Lopes nas décadas iniciais do século XX, o arqueólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi, Mário Ferreira Simões, realizou os primeiros projetos arqueológicos do que se pode denominar de uma arqueologia científica ou acadêmica no Maranhão.

Este pesquisador construiu problemáticas de pesquisa para compreensão dos sambaquis maranhenses e a estearias da região lacustre do Estado, bem como propôs hipóteses para explicar essas ocupações com a realização de pesquisas de campo.

Portanto, foi na “rápida passagem dos arqueólogos do Museu Emílio Goeldi, por meio do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica” (LEITE FILHO e GASPARETTO, 2005, p. 2) que o Maranhão foi incorporado pela primeira vez em um projeto acadêmico de âmbito regional.

O contexto da atuação de Simões no Maranhão associou-se aos esforços de outros arqueólogos brasileiros, sob a orientação do casal norte-americano Clifford Evans e Betty Meggers, que conduziram na década de 1960, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA<sup>2</sup>.

Os objetivos do PRONAPA consistiram em selecionar áreas onde a prospecção extensiva produzisse os mais significantes resultados durante o período de vigência do Programa. Em cada Estado seriam selecionadas cinco regiões, representando diferentes redes de drenagem. Dentro delas todos os sítios arqueológicos seriam catalogados, mapeados e amostrados por meio de coleções superficiais e de escavações estratigráficas. Quando possível eram realizadas datações em C<sup>14</sup> em sítios que poderiam ser foco

---

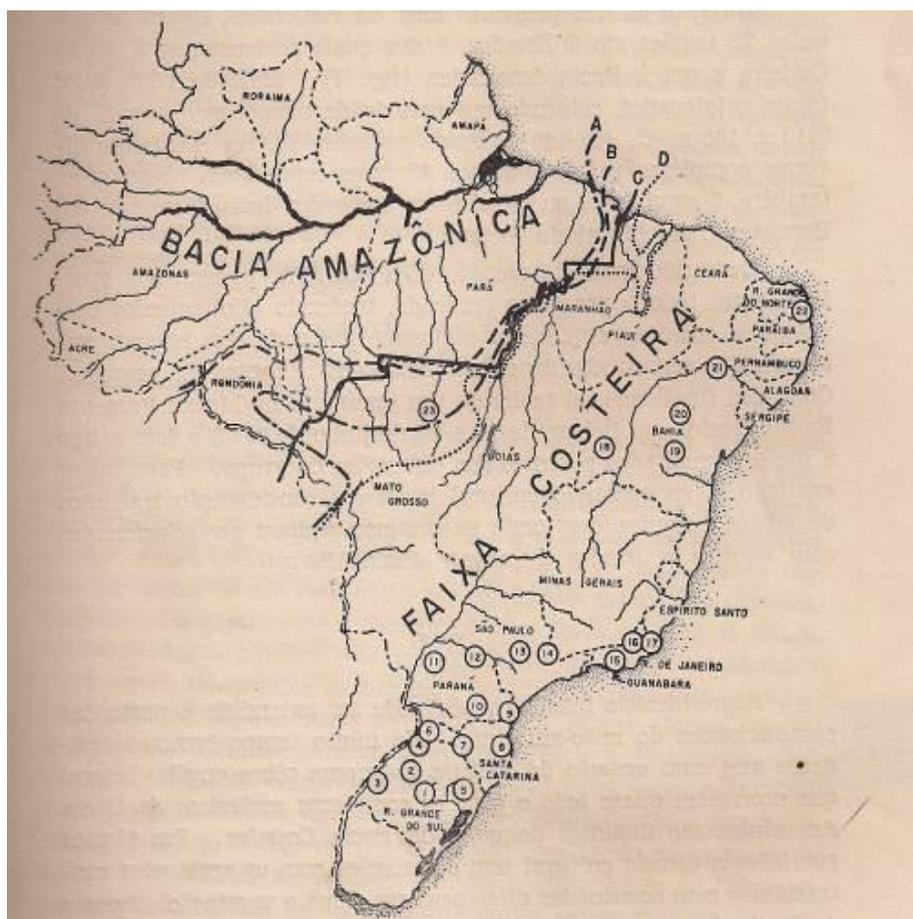
<sup>2</sup> A primeira iniciativa sistemática para investigação das ocupações humanas pré-coloniais em todo o território brasileiro surgiu em decorrência de um seminário na Universidade Federal do Paraná, em 1964, coordenado por Betty Meggers e Clifford Evans, ambos do *Smithsonian Institution*. A principal diretriz desse encontro foi a criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA. O planejamento indicou um esforço conjunto de universidades e pesquisadores por cinco anos, iniciando-se em 1965 e se estendendo até 1970; contando com 11 instituições de ensino e pesquisa, com o copatrocínio do Conselho Nacional de Pesquisas e da *Smithsonian Institution* e apoio do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN. Contudo, pela falta de profissionais e condições adequadas de pesquisa, o PRONAPA se concentrou, inicialmente, nos Estados onde existiam arqueólogos, a exemplo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Norte. A região amazônica era compensada por estudos prévios realizados por Meggers e Evans, Hilbert e Simões, bem como de tantos outros naturalistas que percorreram essa imensa região.

de pesquisa mais aprofundada (PRONAPA, 1969).

Após a etapa de campo procedia-se com a análise do material coletado e a classificação do período como pré-cerâmico ou cerâmico, sendo este último analisado com base no *Método Quantitativo de Ford*, para construção de sequências seriadas. Cada sequência seriada representava uma fase ou cultura arqueológica, caracterizada por elementos diagnósticos típicos, baseados em similaridades ou especificidades (PRONAPA, 1969).

O termo *fase* foi inspirado no modelo classificatório taxonômico norte-americano, elaborado por Simpson e objetivou designar complexos culturais arqueológicos, visto não conter implicações de natureza etnológica, embora uma fase, na “visão pronapiana”, poderia representar uma cultura ou grupo cultural. Essa classificação foi severamente criticada por arqueólogos vinculados a outros postulados teórico-metodológicos advindos de correntes de pensamento adotadas no Brasil, a partir da década de 1980.

Figura 1 – Mapa da divisão do Brasil adotado pelo PRONAPA, com destaque para a Bacia Amazônica e a Faixa Costeira.



Fonte: PRONAPA (1969).

Apesar da Ilha de São Luís estar inserida na Amazônia Legal Brasileira e na Faixa Costeira, dois dos principais compartimentos fisiográficos adotados no mapa do PRONAPA para o Brasil, não foram realizadas pesquisas em território maranhense até a década de 1970.

Naquele momento, o impulso para a realização de pesquisas arqueológicas no Maranhão foi descrito pelo arqueólogo Igor Chymz, em *Abordagens Arqueológicas na Amazônica* (2006), no qual descreveu a atuação do CEPA – UFPR nesta região e afirmou sobre o interesse de Rodrigo Mello Franco, Diretor do IPHAN, em realizar pesquisa arqueológica no Estado:

No espaço da Amazônia tentou efetivar, em 1967, a sua primeira pesquisa. Na época, Rodrigo Mello Franco de Andrade, diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, desejando obter informações sobre a arqueologia do Maranhão, solicitou ao CEPA um projeto que, ao ser executado, fornecesse um diagnóstico das ocorrências na ilha de São Luís e nos lagos da Baixada Maranhense. Os dados mais consistentes daquelas regiões eram devidos a Raymundo Lopes, que as percorreu na primeira metade do século XX. Elaborado o Projeto Pericumã – Pindaré, prevendo prospecções nos sambaquis da ilha de São Luís e nas estearias junto aos rios Pericumã e Pindaré, constatou-se que a dotação orçamentária existente no IPHAN para a atividade naquele estado era insuficiente. Os entendimentos que se seguiram, para adequação do projeto à disponibilidade dos recursos, foram interrompidos devido ao protesto emanado do Museu Paraense Emílio Goeldi. A atividade planejada foi considerada como ingerência de instituição não pertencente à região. Após a promulgação da Lei N° 3.924/61, o IPHAN, não dispondo de estrutura adequada para aplicá-la, recorreu a pesquisadores de universidades e museus para auxiliá-lo na fiscalização e cadastramento de sítios arqueológicos. Poucas eram, entretanto, as entidades que dispunham de instalações e pessoal especializado para prestar a colaboração. Na Universidade Federal do Paraná, o diretor do CEPA, designado por meio de portaria daquele órgão, passou a atuar como seu representante para assuntos de arqueologia no Paraná, situação que perdurou até 1988. O Museu Goeldi centralizou a representação para a Amazônia Legal Brasileira. O Projeto Arqueológico Pericumã – Pindaré não se concretizou e, em 1971, Mário Ferreira Simões, responsável pela Divisão de Arqueologia do Museu Goeldi, coordenou o Projeto São Luís e Cajari, enfocando os

sambaquis da capital maranhense e as estearias do lago Cajari (CHYMZ, 2006, p. 1).

Tal situação evidenciou o interesse em inserir o Maranhão formalmente no âmbito do PRONAPA, uma vez que o IPHAN era um dos principais patrocinadores do Programa e o CEPA – UFPR uma das entidades mais atuantes nas atividades desenvolvidas nos cinco anos de vigência do Programa.

A justificativa mais plausível para a ausência de pesquisas no Maranhão, naquele período, era a falta de um arqueólogo residindo no Estado e de uma instituição de pesquisa que pudesse fornecer o apoio necessário para as atividades arqueológicas.

Fato é que, após o término do PRONAPA, nos fins de 1970, Mário Simões organizou dois projetos de pesquisa que se relacionaram com a existência de sítios maranhenses semelhantes aos encontrados no Pará, a exemplo dos sambaquis, como também, sítios cuja existência foi relatada apenas para o Maranhão, a exemplo das estearias<sup>3</sup>.

Semelhantemente ao que ocorreu no PRONAPA, Simões e equipe realizaram, com o patrocínio do Museu Paraense Emílio Goeldi e o apoio do IPHAN, dois projetos de pesquisa localizados na Ilha de São Luís para estudo dos sambaquis e na Baixada Maranhense para estudo das estearias.

Em Portaria n. 76, de 14 de outubro de 1971, o Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, Luiz Miguel Scaff, autorizou Mário Simões e equipe a empreenderem pesquisa no Maranhão:

Autorizar o Pesquisador – Chefe Mário Ferreira Simões a viajar com destino ao Estado do Maranhão, a partir de 16 do corrente e pelo prazo aproximado de 50 (cincoenta) dias, chefiando a equipe de Arqueologia desse Museu constituída de: Pesquisador – Auxiliar: Conceição de Maria Gentil Corrêa. Auxiliares de Pesquisa Ana Lúcia da Costa Machado e Renato Sampaio Corrêa, Auxiliar Daniel Florência Fróes Lopes e motorista Nível 8–A, Henry Pedro Lorenz, a fim de proceder pesquisas arqueológicas na Baixada Maranhense (Projeto Cajari) e Ilha de São Luís (Projeto São Luís) (SCAFF, 1971, n.p.).

---

<sup>3</sup> Estearias ou Esteirias é um tipo de assentamento pré-histórico. Habitação lacustre construída sobre estacas (casas pernaltas, palafitas) (SOUZA, 1997). As estearias lacustres do Cajari e o Pericumã (encantado) e a maior parte do rio Turi, no Maranhão apresentam cerâmica pintada e modelada com figuras de animais, e acidentalmente ornatos gravados e no Turi figuras humanas e formas ditas ‘arcaicas’, isto é, esquemáticas. A estearia do lago do Sousa, entretanto, tem uma cerâmica com ornatos gravados, sem pinturas, e diferente tanto nos motivos como no aspecto do barro, de todas as outras que se conhecem na região (LOPES, 1970). Em 2012, a temática das estearias foi retomada por Alexandre Navarro, docente da Universidade Federal do Maranhão, com o projeto acadêmico *O Povo das Águas: Carta Arqueológica das Estearias da Porção Centro-Norte da Baixada Maranhense*.

No Relatório de Excursão de Mário Ferreira Simões, de 1971, os detalhes sobre os projetos realizados no Maranhão foram explicitados:

Objetivos: São Luís – a) promovermos primeiros contatos com a Fundação Universidade do Maranhão, Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Maranhão (SUDEMA) e outros órgãos oficiais do Estado Maranhão, visando colaboração para as pesquisas arqueológicas nas estearias do Lago Cajari (Projeto Cajari), patrocinadas pelo IPHAN e Museu Goeldi; b) examinar a existência de sítios arqueológicos na Ilha de São Luís e Litoral (sambaquis e sítios abertos) para possível ampliação do Projeto Salgado [...]. Através da Prof<sup>a</sup>. Pérola Azulay, técnica do setor de Planejamento da SUDEMA, foi possível estabelecer os primeiros contatos com este órgão e por seu intermédio, com a Universidade do Maranhão. A SUDEMA colocou a minha disposição um dos seus técnicos o Prof. José Ribamar Caldeira, também professor de Antropologia da Universidade, possibilitando assim as apresentações e entendimentos com o Prof. Olavo Correia Lima, titular de Antropologia da FUM, e Prof<sup>a</sup>. Rosa Mochel Martins, titular de Geografia Humana da referida instituição [...]. Quanto a ampliação do Projeto Salgado, a existência de sambaquis e outros sítios do litoral da Ilha de São Luís, estimula essa ampliação, visto nada ter sido feito na região no campo da arqueologia (SIMÕES, 1971, n.p.).

Conforme citado, a vinda dos pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi consistiu na primeira iniciativa institucional de investigar os sítios arqueológicos maranhenses, mediante a abordagem científica, com uma problemática de estudo definida e um método a ser empregado.

O contexto para realização destes trabalhos, inevitavelmente, se desdobrou das problemáticas iniciadas pelo PRONAPA, aqui compreendido como um projeto arqueológico maior para a Amazônia Legal Brasileira.

A justificativa para Mário Simões estender suas pesquisas até a Ilha de São Luís deveu-se a semelhança ambiental do litoral do Salgado, no Pará com a zona de desembocadura de rios em São Luís, no intuito de reconhecer a dispersão de populações pescadoras – coletoras – caçadoras – ceramistas por todo o litoral setentrional, a partir da investigação dos vestígios arqueológicos, principalmente o cerâmico, no *Projeto São Luís* (SIMÕES, 1981a).

Figura 2 – Coleta e peneiramento do material retirado do lago Cajari, no sítio Cacaria, na Baixada Maranhense.



Foto: Simões (1981b).

Com relação aos estudos desenvolvidos na Baixada Maranhense, Simões escreveu:

O projeto visava tentar resolver as controvérsias sobre a origem e antiguidade dos remanescentes culturais encontrados por Raimundo Lopes, em 1919, nas estearias ou palafitas do Lago Cajari, no Maranhão. Localizadas e pesquisadas as estearias da Cacaria e a do Igarapé do Baiano, ambas no lago Cajari e noticiadas por aquele autor. Selecionada a estação seca para realização dos trabalhos de prospecção subaquática, foram localizados restos de antigos esteios de sustentação das palafitas, delimitada a área de ocupação da aldeia e coletada no fundo do lago grande quantidade de material (fragmentos de cerâmica, artefatos líticos, restos de esteios, madeira queimada e carvão). Da análise dessas evidências resultou a identificação da fase Cajari, relacionada à cultura das estearias maranhenses. A aldeia da fase Cajari, a julgar pelo sítio - tipo da Cacaria, abrangia área elíptica irregular de cerca de 8.000 m<sup>2</sup>, com os esteios de sustentação do tabuado em troncos de "pau d'arco" (*Tabebuia* sp.) enterrados verticalmente, em média, 1,20m, no fundo do lago; entre estes ocorriam esteios secundários, de menor diâmetro e geralmente inclinados. Acima do nível máximo das águas estendia-se o tabuado ou piso, sobre o qual,

provavelmente, se distribuíam as cabanas. Cerâmica com tipos distintos de tempero e com ênfase no modelado de asas e adornos. Artefatos de cerâmica incluindo grelhas ou assadores circulares, rodela de fuso e vasos miniaturas. Numerosa e variada quantidade de artefatos líticos polidos e lascados. Uma única datação por C<sub>14</sub> acusou uma antiguidade de A.D. 570. A presença de grelhas implica na utilização da mandioca ou outro qualquer tubérculo, raiz ou coco, sob a forma de bolo ou de farinha na alimentação, enquanto as rodela-de-fuso sugerem fiação de fibras ou algodão para confecção de linhas, etc., o que parece evidenciar uma subsistência voltada para a pesca e agricultura. Apesar de contemporânea com algumas fases da Ilha de Marajó, não há entre a fase Cajari e as antigas culturas daquela Ilha qualquer correlação cultural, como sugerida no passado (SIMÕES, 1981b, p. 160).

## **A ARQUEOLOGIA DO LITORAL MARANHENSE E O PROJETO SÃO LUÍS**

O *Projeto São Luís* foi desenvolvido por Simões no intuito de compreender os sambaquis da Ilha de São Luís, observando-se se essas ocupações humanas apresentavam as mesmas características socioculturais em relação aos sambaquis paraenses, uma vez que a área geográfica em que estes estavam inseridos era bastante semelhante ao Salgado Paraense.

Conforme observado na documentação no Arquivo Guilherme de La Penha, do Museu Paraense Emílio Goeldi, o objetivo de Simões era compreender a ocorrência cerâmica nos sambaquis do litoral norte da América do Sul e testar hipóteses de uma dispersão e ocupação pré-histórica do litoral norte e leste da América do Sul por grupos ceramistas adaptados aos recursos marítimos (Relatório sucinto das atividades científicas de Mário F. Simões realizadas no 1º Semestre de 1975, 1975a).

A meta era correlacionar e comparar os sambaquis residuais da Ilha de São Luís com os do litoral leste brasileiro e litoral paraense (Relatório semestral de atividades do pesquisador Mário Ferreira Simões, 1975b). Além disso, Simões considerava que prospecções e escavações em sambaquis residuais no Maranhão poderiam oferecer subsídios para a correlação cultural e cronológica com os dados de sítios arqueológicos de outros povos pré-coloniais ceramistas, comparando a Fase Mina do Pará e a fase Periperi do Recôncavo Baiano (SIMÕES, 1978 e 1981a).

Foram localizados e pesquisados 8 (oito) sambaquis no Projeto São Luís, como demonstrado no Quadro 1, dos quais apenas dois (Maiobinha e

Guaíba) não haviam sido destruídos. Estes dois foram escavados estratigraficamente, enquanto os demais, com apenas delgada camada residual, foram prospectados (levantamento topográfico e coleta de amostragem superficial) (Plano de Pesquisas de Mário Ferreira Simões para 1975, 1975c).

Simões objetivava nesses sítios reconhecer e comparar o material coletado nos sambaquis, especialmente o MA-SL-4: Maiobinha, elaborar a seriação da cerâmica, enviar amostras de carvão (fogueiras) para análises por  $^{14}\text{C}$  e publicação de um trabalho preliminar (Plano de Pesquisas de Mário Ferreira Simões para o ano de 1975, 1975c).

Quadro 1 – Relação dos Sambaquis da Ilha de São Luís catalogados por Simões e equipe e atualmente registrados no IPHAN.

Item	Nome Popular do Sítio	Fonte	Município	Cadastro CNSA-IPHAN
01	Maiobinha	CNSA-IPHAN/ SIMÕES e COSTA (1978)	São Luís	MA-SL-4
02	Pindaí	CNSA-IPHAN/ SIMÕES e COSTA (1978)	São Luís/São José de Ribamar	MA-SL-5
03	Guaíba	CNSA-IPHAN/ SIMÕES e COSTA (1978)	Paço do Lumiar	MA-SL-8
04	Tendal	CNSA-IPHAN/ SIMÕES e COSTA (1978)	Paço do Lumiar	MA-SL-9
05	Marval	CNSA-IPHAN/ SIMÕES e COSTA (1978)	Paço do Lumiar	MA-SL-10
06	Pau Deitado	CNSA-IPHAN/ SIMÕES e COSTA (1978)	São José de Ribamar	MA-SL-11
07	Boa Viagem	CNSA-IPHAN/ SIMÕES e COSTA (1978)	São José de Ribamar	MA-SL-6
08	Jaguarema	CNSA-IPHAN/ SIMÕES e COSTA (1978)	São José de Ribamar	MA-SL-7

Fonte: Elaboração própria.

Sobre o estudo do material arqueológico proveniente das pesquisas na Ilha de São Luís observou-se no *Plano de Pesquisas de Mário Ferreira Simões para o ano de 1975* (1975c)

a análise e classificação do material coletado na escavação do sítio-sambaqui MA-SL-4: Maiobinha e tentativa de seriação; análise e classificação do material de superfície coletados nos sambaquis residuais MA-SL-5 e MA-SL-11 e análises comparativas dessas evidências com aquelas da fase Mina (SIMÕES, 1975c, p. 2).

Em relação ao Sambaqui de Guaíba (MA - SL - 8) Simões relatou:

O sambaqui de Guaíba, por sua vez, fora parcialmente destruído, exibindo um refugo residual de apenas 1,0m de profundidade com sinais de perturbação. Ainda que diferentes entre si, as cerâmicas de ambos mostram-se melhor confeccionadas que as dos demais sambaquis locais, inclusive, com técnicas decorativas sofisticadas (SIMÕES, 1981a, p. 161).

Descrição mais pormenorizada foi feita sobre o sambaqui da Maiobinha, onde Simões realizou escavação estratigráfica que permitiu observar a presença de material arqueológico até 1,95 m de profundidade, assentado sobre sedimentos amarelos (Grupo Barreiras).

Figura 3 – Sepultamento primário fletido entre 1,80/2,00 m exumado no Sambaqui da Maiobinha, na Ilha de São Luís.

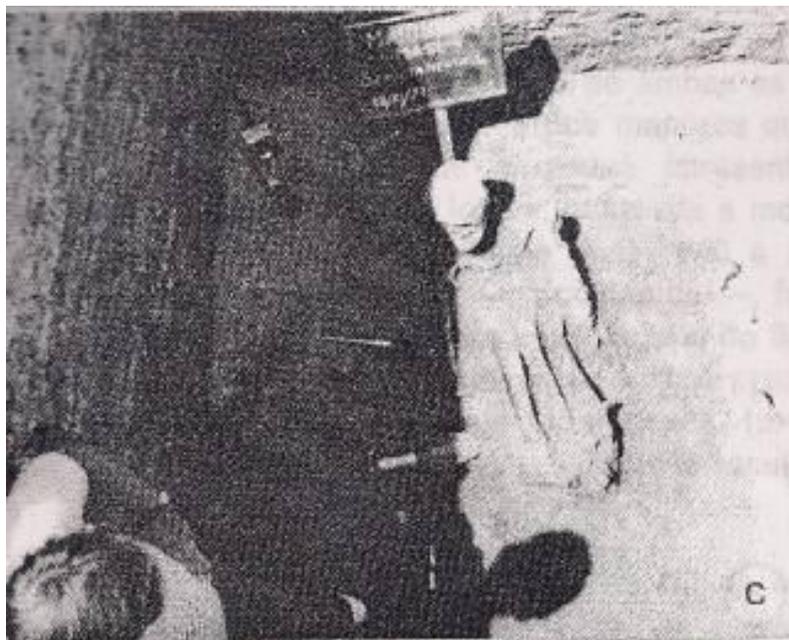


Foto: Simões (1981b).

Neste sítio foram exumados dois sepultamentos. O carvão extraído junto aos esqueletos revelou duas datações por C<sup>14</sup>, com uma idade aproximada entre 2.526 a 2.686 anos A.P. (LIMA e AROSO, 1989)<sup>4</sup>.

No *Plano de Pesquisa de Mário Ferreira Simões para o ano de 1975*, (1975c), constaram os resultados obtidos no sambaqui da Maiobinha:

Fauna malacológica composta por *Chione pectorina*, inúmeros fragmentos de cerâmica, conchas, nódulos de laterita, vértebras de peixes e ossos de animais. Encontrados ainda dois sepultamentos: um adulto em posição fletida e decúbito dorsal, com inúmeras contas de possível colar; outro ligeiramente ao lado e abaixo do primeiro, de uma criança, muito mal conservado (SIMÕES, 1975c, p. 3).

Em outro documento, *Relatório Sucinto das Atividades Científicas Realizadas no 1º Semestre de 1975* (1975a e 1975b), Simões discorreu sobre a análise micro e macroscópica e classificação tipológica de 14.300 fragmentos de cerâmica, acrescidos de outras evidências, provenientes do sambaqui da Maiobinha:

Constatou-se ter sido o sambaqui construído e habitado por um grupo perfeitamente adaptado ao ambiente marinho litorâneo com subsistência básica apoiada na coleta de moluscos e peixes, e portadores de nível cultural de padrão formativo, comprovado pela presença de vários traços diagnósticos tipicamente formativo em sua cerâmica. Ainda que não tenhamos realizado a análise dos demais sambaquis pesquisados, essas inferências permitem concluir, preliminarmente, numa dispersão no sentido Norte-Leste de grupos ceramistas adaptados ao ambiente litorâneo, desde a Colômbia (Puerto Hormiga), passando pela Guiana (Fase Alaka), Leste do Pará (Fase Mina), Maranhão até o Recôncavo Baiano (Fase Periperi). Parecem corroborar nessa assertiva as datações por C-14 já obtidas: Puerto Hormiga - 3000 a. C.; Fase Mina - 2800 a 1600 a. C.; Fase Peripiri - 1000 a 800 a. C. (SIMÕES, 1975a, p. 9).

Com relação aos demais sambaquis localizados e pesquisados por Simões na Ilha de São Luís constou em *Contribuição do Museu Paraense Emílio Goeldi à Arqueologia da Amazônia* (1975e) a informação que os outros assentamentos por “sua semelhança com os da fase Mina, são

---

<sup>4</sup> Gaspar e Silveira (2000), reproduzindo um quadro de datações para o sambaqui da Maiobinha, com base em Simões (s.d.) e Machado et al (1991), situam essas datações entre 2.090 a 1.245 anos A.P.

provavelmente mais antigos. Alguns desses sambaquis contêm fragmentos cerâmicos temperados com areia e outros com cariapé, distintos daqueles dos sambaquis” (SIMÕES, 1975e, n.p.).

Sobre a fauna malacológica dos sambaquis da Ilha de São Luís, Simões (1975a) afirmou que “com exceção do sambaqui da Maiobinha, todos os demais são compostos por *Anomalocardia brasiliiana* (predomínio), seguindo-se em importância *Crassostrea arborea*, *Turbinella Laevigata*, *Thais sp.* e *Chione pectorina*” (Relatório de pesquisas de Mário Ferreira Simões para 1975, 1975d, p.8).

Apesar da relevância dessas pesquisas, a inexistência de um contexto local para compreensão das ocupações sambaquieiras da Ilha de São Luís limitou as explicações de Simões, sem maiores detalhes sobre o processo de formação desses sítios e análises intra e intersítios.

Contudo, os resultados preliminares desse autor permitiram construir uma correlação inicial entre os sítios maranhenses e os paraenses, auxiliando na criação de um modelo sobre a ocupação e povoamento do litoral do Pará e Maranhão.

Pelo exposto, Simões (1975a, 1975e, 1981a e 1981b) concluiu em suas pesquisas que os sambaquis da Ilha de São Luís foram habitados por grupos adaptados ao ambiente marinho litorâneo e portadores de nível cultural de padrão formativo, mediante traços comuns encontrados na cerâmica.

Mesmo sem a análise do material arqueológico dos outros sambaquis pesquisados, o autor construiu algumas inferências e estabeleceu uma tradição regional sambaquieira de ampla dispersão temporal e espacial, estendendo-se desde o Litoral da Guiana, passando pelo baixo Amazonas, litoral nordeste do Pará até o Maranhão, com possíveis correlações com os sambaquis da costa norte e noroeste da América do Sul (Colômbia e Venezuela) e do litoral da Bahia (sambaqui da Pedra Oca).

Passados mais de quarenta anos do projeto São Luís, a análise do material arqueológico coletado nesses assentamentos, cerca de uma tonelada, segundo o *Relatório Semestral de Atividades do Pesquisador-Chefe Mário Ferreira para o segundo semestre de 1971* (SIMÕES, 1971) não foi concluída e as poucas referências que se dispõem sobre as campanhas de campo no Maranhão foram obtidas pela documentação administrativa do Arquivo Guilherme de La Penha do Museu Paraense Emílio Goeldi e pelas fichas de campo de Simões.

Após o término dos projetos de Simões no Estado, Igor Chymz, enfim, realizou pesquisas no Maranhão, não na área de influência dos sambaquis e estearias, mas, sim, no Médio Tocantins, em aldeamentos cerâmicos associados à Tradição Tupiguarani:

Somente em 1975 foi possível ao CEPA a execução de uma pesquisa acadêmica na Amazônia. Existindo na cidade maranhense de Imperatriz um campus avançado da Universidade do Paraná, o projeto de arqueologia pôde ser desenvolvido nos seus arredores como atividade de extensão universitária. O campus, vinculando-se ao Projeto Rondon, proporcionou a locomoção do pessoal e a logística da pesquisa. A equipe, integrada por alunos de arqueologia da universidade, prospeccionou a margem direita do rio Tocantins, desde Imperatriz até a confluência com o rio Araguaia. Foram localizados 7 sítios da tradição Tupiguarani, uma parte deles apresentando similitudes com os estudados por Napoleão Figueiredo (1965) nas margens do rio Itacaiúnas, um afluente do rio Tocantins no Pará. O oitavo sítio registrado correspondia a ocupação de grupo não ceramista, uma ocorrência rara na Amazônia (PROJETO RONDON-CEPA/UFPR, 1975). Pouco depois, em 1977, trecho do baixo rio Tocantins foi selecionado para, com outras áreas, compor o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica – PRONAPABA, projeto co-patrocinado pelo Conselho Nacional de Pesquisas e Smithsonian Institution (MEGGERS et alii, 1988:276). O mesmo trecho comportou também, até 1978, um projeto de salvamento arqueológico, coordenado por Mário F. Simões, com patrocínio das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE (SIMÕES & ARAÚJO-COSTA, 1987, p.11). O CEPA deveria se associar ao PRONAPABA, continuando os trabalhos começados em Imperatriz e atuando em outras áreas amazônicas, porém, compromissos assumidos para a execução de salvamentos arqueológicos nos extensos espaços da UHE Itaipu no rio Paraná e UHE Salto Santiago no rio Iguaçu, inviabilizaram a intenção. Somente na década de 1990, dentro de uma nova situação determinada por avanços legislativos, o CEPA voltaria a desempenhar na Amazônia (CHYMZ, 2006, p. 02-03).

Em 1976, também foi realizada pesquisa de arqueologia histórica em ruínas em São Luís, de autoria de Ulysses Pernambucano de Melo, publicada no *Relatório de Pesquisa Arqueológica e História sobre o Sítio Santo Antônio da Alegria (Sítio do Físico), em São Luís – MA*, a pedido do IPHAN – MA, com vistas a instruir as atividades de consolidação das ruínas deste importante complexo industrial do século XIX. Atualmente, este complexo de ruínas é tombado pelo IPHAN como patrimônio nacional.

Os trabalhos de Pernambucano trouxeram dados inéditos sobre o Sítio do Físico, com a identificação de vários padrões de azulejos de várias procedências, contabilizando 17 padrões de azulejos, a escadaria dos

fornos com 38 degraus, redes de escoamento de água, galerias pluviais, tanques de curtume<sup>5</sup>.

Figura 4 – Forno de cal no Sítio do Físico.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2006.

Figura 5 – Tanques de curtume do Forno de cal no Sítio do Físico.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2006.

---

<sup>5</sup> Em 2013, os estudos arqueológicos sobre o Sítio do Físico foram retomados pela historiadora Laura Natasha Mendonça, recém-ingressa no PPG do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

No bojo das pesquisas de Mário Simões, o médico e professor de Antropologia, Olavo Correia Lima, iniciou sua atuação no campo da arqueologia, com a identificação e estudo de vários sítios em diversas regiões do Maranhão, a partir da década de 1970.

Este pesquisador publicou muitos artigos, entre a década de 1980 e 1990, a exemplo dos *Ameríndios Maranhenses* (1985a); *Homo Sapiens Stearensis* (1985b); *A província espeleológica do Maranhão* (1985c); *Cultura rupestre maranhense* (1986a); *O Parque Nacional de Guaxenduba* (1986b); *No país dos Timbiras* (1987) e *Mário Simões e a arqueologia maranhense* (1991).

A síntese de seus estudos foi publicada em 1989, no livro *Pré-História Maranhense*, em coautoria com Olir Correia Lima Aroso. Nesta obra, os autores abordaram temas ainda novos para a arqueologia do Maranhão, a exemplo dos sítios com registro rupestres, cemitérios maranhenses e etnoarqueologia dos povos indígenas do Maranhão.

Sobre os sítios arqueológicos identificados por Correia Lima, a obra citou vários assentamentos, a exemplo do Sambaqui de Tutóia-Velha, em Tutóia; Sambaqui de Araiases, em Araiases; Sambaqui de Ribamar, em São José de Ribamar; Sambaqui de Iguaíba, em Paço do Lumiar; Sambaqui do Turu, em São Luís; Sambaqui do Quebra-Potes, em São Luís; Sambaqui do Bacanga, em São Luís; Sambaqui do Peria, em São Luís; Sambaqui de Anajatuba, em Anajatuba; Sambaqui Rosane, em São Luís; Estearias do Lago Cajari, em Penalva; Estearia do Encantado, em Pinheiros; Estearias do rio Turi (Lago do Jenipapo, Ilha Crueira, Volta do Armínio, Boca do Igarapó, Florante, Cajuru, Lago do Sousa e a Cabeludo); Estearia do Lago do Coqueiro, em São Vicente de Férrer; Sítios rupestres, a exemplo da Caverna Olímpio Fialho, em Colinas; Caverna Élide, Caverna Casa de Pedra e Caverna Correia Lima, todas localizadas em São Domingos do Maranhão, Cemitério Indígena de Santa Cruz, em Bequimão; Cemitério Indígena de Bacabal, em Bacabal; Cemitério Indígena de São Francisco do Maranhão, em São Francisco do Maranhão, todos no Estado do Maranhão (LIMA e AROSO, 1989).

Além das pesquisas de campo, Correia Lima reuniu um importante acervo arqueológico mantido em sua guarda até sua morte, em 1997. Todo o material arqueológico e sua biblioteca particular foram doados ao Governo do Estado do Maranhão por sua família e atualmente compõem o acervo do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão.

## A PESQUISA RECENTE E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO MARANHÃO

A partir da década de 1990, a literatura analisada apontou para novas pesquisas no Estado do Maranhão, principalmente estudos relacionados aos registros rupestres, a exemplo das investigações arqueológicas do pesquisador Deusdedit Carneiro Leite Filho, atualmente Diretor do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão.

Sobre este aspecto, Eliane Gaspar Leite (2011) comentou:

Os primeiros cadastramentos de sítios contendo registros rupestres foram feitos também nesse período, quando o diretor do referido órgão, Deusdedit Carneiro Leite Filho, efetuou a documentação das gravuras dos sítios do Morro das Araras e Morro das Figuras em Carolina, estando parte de um dos painéis hoje retratada em uma das paredes da sala expositiva de Arqueologia da referida instituição (GASPAR LEITE, 2011, n.p.).

Em *Gravuras Rupestres no Município de Carolina – MA*, Leite Filho (1991) discorreu sobre a tecnologia empregada na execução das gravuras, ressaltando as impressões com o auxílio de pressão e fricção formando figuras ou sinais em baixo relevo, com motivos antropomorfos, pegadas humanas e pontilhados gravados na rocha, além de elementos geométricos.

Visando a preservação deste acervo, em 1990, o Governo do Estado do Maranhão, por meio do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico, tombou esses sítios rupestres, cadastrando-os também na Secretaria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Outras regiões maranhenses com presença de registros rupestres também foram referenciadas por Leite Filho e Gaspar Leite (1998), destacando-se o sítio Lageado do Escrivão, um abrigo de trinta metros de comprimento por três de altura, localizado no município de São João Sóter, com ocorrência de manchas de gravuras com motivos geométricos e antropomorfos e o sítio Pedra da Letra localizado na cidade de Gonçalves Dias. Tais pinturas e gravuras com motivos geométricos e antropomorfos estão seriamente comprometidas pela ação da água que acentua o desgaste da rocha suporte em que estão inseridos os registros rupestres.

Além desses estudos pontuais, Leite Filho, juntamente com sua esposa, Eliane Gaspar Leite, obtiveram de particulares acervos arqueológicos, principalmente o material pertencente aos professores Olavo Correia Lima e Nascimento de Moraes, que deram origem a exposição do setor de arqueologia do Centro de Pesquisa de História Natural e

## Arqueologia do Maranhão.

Figura 6 – Acervo doado pela família do prof. Nascimento de Moraes ao Centro de Pesquisa após seu falecimento. Vitrine com o material das estearias da Baixada Maranhense reunido pelo professor.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2011.

Figura 7 – Aplique zoomorfo coletado nas estearias que compõe o acervo do Centro de Pesquisa doado pela família do prof. Nascimento de Moraes.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2011.

O surgimento do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia, em março de 2002, foi resultado da articulação desses arqueólogos, conjuntamente com os paleontólogos da Universidade Federal

do Maranhão, em especial o Professor Manuel Alfredo, que organizou o setor de História Natural dessa casa<sup>6</sup>.

Um fato aglutinador para fundação deste museu foi os desdobramentos da expedição *Em busca dos dinossauros*, que foi denunciada na imprensa pelo paleontólogo e prof. Manoel Alfredo, por retirar material paleontológico do Maranhão.

Esta situação chamou a atenção das autoridades maranhenses para criação de um espaço de pesquisa, guarda e promoção da arqueologia e paleontologia maranhenses:

Em 2002, com a institucionalização de um espaço dedicado a pesquisa arqueológica, legitimado pela Secretaria de Estado da Cultura, O Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, o poder público reconhece a responsabilidade de conhecer, valorizar e preservar o patrimônio arqueológico estadual. O órgão vem atuando, por intermédio do seu corpo técnico, em parcerias com instituições regionais e nacionais objetivando o melhor conhecimento do patrimônio arqueológico local e orientando os primeiros profissionais e técnicos da nova geração que hoje trabalha em Arqueologia no Estado, contribuindo com dissertações de credenciamento e constituindo suas próprias firmas de arqueologia (GASPAR LEITE, 2011, n.p.).

Em 10 anos de existência, além de promover o patrimônio arqueológico, etnográfico e paleontológico maranhense, o Centro de Pesquisa realizou pesquisas pontuais, a exemplo do *Monitoramento arqueológico junto às obras da CAEMA para ampliação do sistema hidráulico no Centro Histórico de São Luís*, realizando entre 2003 e 2005, em parceria com a Scientia Consultoria Científica, de São Paulo; *Escavação arqueológica na ruína da Igreja de Santa Quitéria, em Alcântara*, realizada em 2003, a pedidos da Superintendência do IPHAN no Maranhão;

---

<sup>6</sup> Em 2001 ocorria no Brasil uma grande expedição científica denominada *Em Busca dos Dinossauros*, organizada por Sérgio Alex de Azevedo, Alexander Kellner e Luciana Carvalho, com apoio institucional do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Além de pesquisar vários locais do Brasil, a exemplo da Paraíba e Ceará, estava no roteiro a Ilha do Cajual, próximo a Alcântara, no Maranhão. Quando essa equipe chegou em São Luís foi feita denúncia ao grande público pelos paleontólogos ligados ao Departamento de Biologia da UFMA que a expedição tinha por objetivo levar parte da Laje do Coringa, onde afloram os fósseis, para o Rio de Janeiro, privando os pesquisadores locais de futuras investigações na região. A polêmica não foi resolvida entre a equipe local e os coordenadores da expedição, cujos ânimos só pioravam nas atividades de campo e à medida que ambos os lados se comunicavam com a imprensa (TERRA, 2001). Tal situação expôs a falta de uma instituição maranhense para fomento à pesquisa e guarda de acervos paleontológicos, resultando na fundação do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, com a coordenação do arqueólogo Deusdédit Carneiro Leite Filho e apoio científico da UFMA.

*Salvamento arqueológico expedito de urnas ritualísticas pertencentes à Tradição Tupiguarani durante a construção de uma casa no Alto do Calhau, em São Luís, realizado em 2004 e Escavação arqueológica na atual Casa França-Maranhão, em São Luís, realizada em 2006, em colaboração da Aliança Francesa.*

Além das pesquisas institucionais vinculadas ao Centro de Pesquisa, Eliane Gaspar Leite citou outras atividades arqueológicas realizadas por Leite Filho no decorrer de sua atuação profissional:

A importância do achado, em 2004, de um conjunto de urnas ritualísticas pertencentes à Tradição Tupiguarani durante a construção de uma casa no Alto do Calhau, São Luís. Embora uma peça tenha sido fragmentada pela ação dos operários, efetuou-se um salvamento arqueológico expedito e foram resgatados em sua integridade os outros recipientes cerâmicos...Em Rosário, no forte do Calvário foi feita uma prospecção arqueológica na década de 90, fruto de uma parceria entre o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão e a prefeitura local. Posteriormente, já em 1997, por iniciativa do mesmo órgão estadual em parceria com a Prefeitura de Caxias foi realizada a escavação arqueológica das ruínas do quartel no Morro do Alecrim que subsidiou o acervo e implantação do hoje existente Museu Memorial da Balaiada, visando homenagear aqueles que empreenderam um dos mais significativos movimentos de cunho eminentemente popular na história país (GASPAR LEITE, 2011, n.p.).

Figura 8 – Sítio arqueológico Vila Conceição, com detalhe para escavação arqueológica após a descoberta do conjunto cerâmico Tupiguarani.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2004.

Figura 9 – Escavação arqueológica no Sítio Vila Conceição após a descoberta do conjunto cerâmico Tupiguarani.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2004.

Levando-se em consideração o tempo de existência do Centro de Pesquisa, a formação de pesquisadores locais e a produção do conhecimento sobre a arqueologia do Maranhão, a atuação dessa instituição pode ser considerada tímida, no que concerne o Setor de Arqueologia, principalmente, comparando-a ao Setor de Paleontologia, com forte atuação na pesquisa e publicação dos resultados, inclusive internacionalmente.

As justificativas para essa situação são encontradas na fala dos diretores da instituição: a “falta de uma política efetiva direcionada para sua valorização e proteção pelos órgãos competentes, têm sido responsáveis pela destruição parcial ou total de inúmeros sítios arqueológicos no Estado” (LEITE FILHO e GASPAR LEITE, 2005, p. 12).

Figura 10 – Acervo doado pela família do prof. Olavo Correia Lima ao Centro de Pesquisa após seu falecimento. Vitrine com o material dos líticos coletados em vários sítios maranhenses.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2011.

Figura 11 – Material cerâmico coletado pelo prof. Olavo Correia Lima e doado ao Centro de Pesquisa.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2011.

A ausência de políticas públicas para fomento a pesquisa e promoção dos bens arqueológicos, inclusive do poder estadual, ressoa em outra citação dos arqueólogos:

Os sítios arqueológicos conhecidos até hoje no Maranhão, muitos ainda sem cadastro oficial no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, órgão federal responsável pela sua preservação, se caracterizam por um acervo diversificado de cultura material ainda carente de análises aprofundadas que identifiquem, classifiquem e incorporem ao conhecimento arqueológico nacional subsídios informativos inéditos sobre o nosso universo pretérito maranhense (LEITE FILHO e GASPAR LEITE, 2005, p. 12).

De fato, se as próprias instituições responsáveis pela pesquisa, proteção e promoção do patrimônio arqueológico local não fomentarem a produção de conhecimento sobre o patrimônio arqueológico maranhense, o papel da arqueologia na sociedade permanecerá subestimado, favorecendo a permanência de uma visão romântica, fantasiosa, colecionista e amadora sobre esta disciplina.

Após a criação do Centro de Pesquisa, muitos jovens entusiastas com a pesquisa arqueológica fizeram parte do quadro de estagiários da instituição. Evidentemente, a proximidade com a arqueologia influenciou na escolha de temas monográficos, em âmbito acadêmico, resultando nos primeiros estudos do gênero sobre a arqueologia do Maranhão.

Neste contexto, despontaram como pioneiros na elaboração de monografias sobre a Arqueologia maranhense, os graduados em História, Marcos Saldanha com *Um Estudo Sobre a Arqueologia Pré-Histórica no Maranhão* (2001) e o autor deste artigo com o título *Um panorama sobre os registros rupestres no Estado do Maranhão* (2003).

Ambas as monografias foram defendidas no Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, em São Luís, respectivamente em 2001 e 2003. O primeiro estudo realizou uma arqueografia das pesquisas arqueológicas realizadas no Estado, centrando-se no papel dos pioneiros na identificação e pesquisa de sítios arqueológicos até o surgimento do Centro de Pesquisa. Na monografia foram feitas visitas de campo em estearias, sambaquis e sítios rupestres no Maranhão.

A segunda monografia tratou especificamente dos registros rupestres do Maranhão, enfocando os principais pressupostos teórico-metodológicos para o estudo desses vestígios, e que resultou em um mapeamento sobre a ocorrência de tais sítios arqueológicos no Estado, principalmente na porção centro sul do Maranhão.

Nas atividades de campo realizaram-se o reconhecimento e levantamento dos sítios rupestres do Sítio Caverna Traqueira, Caverna Elida Caverna Casa de Pedra, em Colinas e São Domingos do Maranhão, bem como a análise e interpretação do material bibliográfico dos Sítios Morro

das Araras e Morro das Figuras registrado por Leite Filho, em 1991 (BANDEIRA, 2003).

Figura 12 – Sítio Rupestre Caverna Traqueira, em São Domingos do Maranhão.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2001.

Figura 13 – Gravuras rupestres do Sítio Traqueira.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2001.

Figura 14 – Sítio Rupestre Caverna Casa de Pedra, situado em Colinas – MA.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2001.

Figura 15 – Gravuras rupestres do Sítio Casa de Pedra.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2001.

Figura 16 – Sítio Rupestre Caverna Élida, situado em São Domingos do Maranhão.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2001.

Figura 17 – Pinturas rupestres do Sítio Caverna Élida, situado em São Domingos do Maranhão.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2001.

O advento do século XXI marcou profundamente a arqueologia maranhense. Os desdobramentos da arqueologia aplicada ao licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente lesivos ao meio ambiente

tiveram reflexos diretos na práxis arqueológica realizada atualmente<sup>7</sup>.

A inexistência de arqueólogos nos departamentos das universidades públicas e particulares maranhenses até 2008 e a ausência de um programa sistemático de pesquisa de campo por parte do Setor de Arqueologia do Centro de Pesquisa resultaram na pouca inserção da arqueologia nos setores acadêmicos do Estado, ocasionando, por sua vez, uma fraquíssima produção de conhecimento por parte das instituições de pesquisa:

Todavia, o estado ainda carece de profissionais especializados que atuem sistematicamente na área, sendo que desde o início da década de 90 até recentemente, somente dois arqueólogos, hoje trabalhando no Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, estiveram envolvidos no gerenciamento desses recursos (GASPAR LEITE, 2011, n.p.).

De fato, a falta de investimento na formação de novos quadros de estudiosos para compor os grupos de pesquisa, a ausência de um programa sistemático de investigação arqueológica para o Maranhão e a impossibilidade de acesso aos acervos arqueológicos do Estado só

---

<sup>7</sup> A Resolução CONAMA de 23 de janeiro de 1986 exigiu em seu Artigo 6º indica que “o estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas: c) o meio socioeconômico – o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos”. Por sua vez, a aplicação desta portaria foi regulamentada pela Portaria IPHAN, n. 230, de 17 de dezembro de 2002, com a compatibilização das fases para obtenção das licenças ambientais com as etapas da pesquisa arqueológica. Conforme a legislação citada, bem como outros instrumentos jurídicos, todos os empreendimentos, a exemplo de estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento; Ferrovias; Portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos; Aeroportos; Oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários; Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230KV; Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de 10MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques; Extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão); Extração de minério, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração; Aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos; Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW; Complexo e unidades industriais e agroindustriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos); Distritos industriais e zonas estritamente industriais – ZEI; Exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental; Projetos urbanísticos, acima de 100 *ha* ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes; Qualquer atividade que utilize carvão vegetal, em quantidade superior a dez toneladas por dia, foram obrigados a realizar pesquisa arqueológica para licenciar as atividades produtivas (BRASIL, 1986).

poderiam resultar na conjuntura acima citada.

No intuito de fomentar pesquisas arqueológicas, ambientais e sociais no Parque Estadual do Bacanga e adjacências, o autor desta tese participou da fundação da Associação dos Amigos do Ecomuseu do Sítio do Físico, atual Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico, com a criação da *Casa da Memória*, que funciona ininterruptamente em São Luís, desde 2006.

A Casa da Memória é um ramo do Ecomuseu para articulação, promoção e fomento de estudos sobre o patrimônio cultural, em especial o arqueológico, na região do Bacanga, em especial, do Parque Estadual do Bacanga.

As iniciativas de maior destaque da Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico centraram-se na realização de um programa permanente de visitas às ruínas do Sítio do Físico e ao Sambaqui do Bacanga.

Além disso, a instituição vem fomentando ações que auxiliam na implementação de políticas públicas em prol do patrimônio arqueológico do Parque Estadual do Bacanga e da Ilha de São Luís, a exemplo da curadoria local da Exposição Itinerante *Xingó: 9 mil Anos de Ocupação Humana*, em parceria com o Museu de Arqueologia de Xingó, da Universidade Federal de Sergipe, ocorrida em 2007, e que conseguiu reunir em 50 dias de funcionamento mais de 5 mil visitantes.

Figura 18 – Exposição *Xingó: 9 mil anos de Ocupação Humana* no Convento das Mercês, em São Luís – MA.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2007.

Figura 19 – Exposição *Xingó: 9 mil anos de Ocupação Humana* no Museu Histórico e Artístico Nacional, em São Luís – MA.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2007.

Figura 20 – Adornos em osso e concha expostos em *Xingó: 9 mil anos de ocupação humana*.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2007.

Figura 21 – Sepultamento em posição fletida exposto em *Xingó: 9 mil anos de ocupação humana*.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2007.

Em 2012, ao completar seis anos de existência, a entidade fortaleceu ainda mais sua participação junto aos museus maranhenses, com a participação efetiva na criação de uma rede de colaboração, além de permanecer atuando no fomento e na promoção de pesquisas no Parque Estadual do Bacanga e participou oficialmente na construção e da 64<sup>a</sup> Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ocorrida em julho de 2012, em São Luís, na UFMA, com a Exposição *Ecomuseu Sítio do Físico: trajetória e ação*, que alcançou um público de mais de 800 visitantes em seis dias de congresso.

Com o apoio do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico foi realizada a primeira dissertação de mestrado em arqueologia sobre a Ilha de São Luís, deste autor, *Ocupações humanas pré-históricas no litoral maranhense: um estudo arqueológico sobre o sambaqui do Bacanga na Ilha de São Luís - Maranhão* (2008), defendida em 2008, no Programa de Pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Tal investigação evidenciou vestígios materiais de populações pescadoras- coletoras- caçadoras e ceramistas, que se estabeleceram na região do rio Bacanga, em torno de 6.600 anos A.P. e permaneceram habitando esse assentamento até o ano 900 A.P., sendo esta a datação mais antiga para a ocupação humana na Ilha de São Luís.

Figura 22 – Exposição *Ecomuseu Sítio do Físico: trajetória e ação*, realizada na UFMA, na 64ª Reunião da SBPC.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2012.

Figura 23 – Exposição do material arqueológico e dos produtos gerados nas oficinas sociais do Ecomuseu Sítio do Físico.



Fonte: Foto de Arkley Bandeira, 2012.

Além disso, outra dissertação com o material arqueológico gerado pelas campanhas de campo do Sambaqui do Bacanga foi realizada: *Análise de cerâmicas arqueológicas do Sambaqui do Bacanga (São Luís, MA) por EDXRF Portátil*, defendida por Renato Akio Ikeoka, em 2009, na Universidade Estadual de Londrina-PR.

Para além dos esforços na construção de uma arqueologia para a

Ilha de São Luís, foi realizada no interior do Estado outra dissertação de mestrado elaborada no mesmo Programa de Pós-graduação em Arqueologia do MAE-USP, versando sobre as ocupações ceramistas na região amazônica, denominada de *O Complexo Tupi da Amazônia Oriental*, de autoria de Fernando Ozório de Almeida, também defendida em 2008.

O estudo de Almeida analisou um conjunto de sítios arqueológicos, entre os Estados do Tocantins, Pará e Maranhão, na região do Baixo Tocantins, em especial na cidade de Marabá, com vistas a identificar similaridades e especificidades da cerâmica do Complexo Tupi, na área de construção da Linha de Transmissão Tucuruí – Presidente Dutra.

Do lado maranhense, Almeida (2008) investigou o Sítio Arqueológico Grajaú, considerado pelo autor “um peixe fora d’água”, por situar-se distante daqueles do Baixo Tocantins, tanto geográfica como estilisticamente, uma vez que esse sítio Tupi insere-se na bacia do Pindaré, próximo ao município de Vitorino Freire, em área de outros povos indígenas, além dos Tupis.

Além do Sítio Grajaú outros quatro sítios foram levantados nas atividades de arqueologia para o licenciamento desse empreendimento, a exemplo dos Sítios Remanso, Ranchada, Belo Horizonte e Frade (ALMEIDA, 2008).

Outra dissertação de mestrado sobre ocupações humanas no interior do Maranhão foi defendida por Ariana Braga. Trata-se do trabalho mais sistemático sobre os sítios rupestres maranhenses. Com o título *Sítio Arqueológico Testa Branca II, Contributo a arqueologia Rupestre Brasileira. Estreito, Maranhão*, a dissertação foi defendida em 2011, em Portugal.

O Sítio Testa Branca II, embora localizado em um município que não pertence à bacia hidrográfica do Parnaíba, possui similaridades àqueles que foram estudados em Tasso Fragoso – MA, situado próximo a região de Balsas, na Bacia do Tocantins. Além da documentação das gravuras presentes no paredão de arenito, a autora realizou escavação na base do abrigo, objetivando contextualizar os registros rupestres com a cultural material evidenciada (BRAGA, 2011).

Este cenário de poucas pesquisas mudou radicalmente com a execução de projetos de arqueologia aplicada ao licenciamento ambiental no Estado do Maranhão, principalmente em um momento de grande aquecimento econômico e de investimento em infraestrutura e exploração de recursos naturais por todo o Estado.

Tal conjuntura criou uma situação dúbia: o crescimento do Estado poderia representar uma perda para o patrimônio arqueológico, pois inevitavelmente os sítios arqueológicos seriam afetados de uma maneira ou de outra pelas obras ou favoreceria a criação de um espaço para identificação e investigação arqueológica nunca antes visto no Estado, a partir da pesquisa aplicada, cuja prática resultaria no reconhecimento do

patrimônio arqueológico maranhense pouco valorizado e pesquisado?

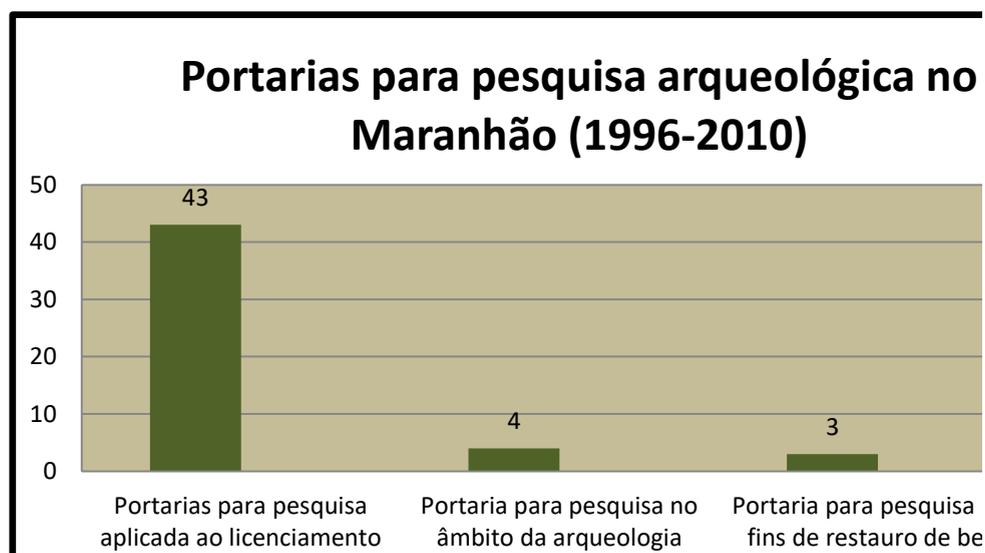
Sem sombra de dúvidas, no contexto do Maranhão, a projeção do segundo cenário é a realidade que vem imperando no momento. E se atualmente o Estado conta com contextos arqueológicos bem definidos, mesmo que pontualmente, foi graças à prática da arqueologia aplicada ao licenciamento ambiental.

Exemplo desta assertiva é demonstrado quando se comparam os números de portarias emitidas para o Estado do Maranhão, entre os anos de 1996 até julho de 2010, em relação ao motivo da solicitação, área de pesquisa e o responsável por ela.

Segundo a base de dados do BPS/SGPA – IPHAN, foram emitidas para o Maranhão, entre os anos de 1996 e 2010, 50 (cinquenta) portarias de um total de 6.003 para todo o Brasil (BANDEIRA, 2011).

Sobre os motivos para solicitação de portaria foram considerados os seguintes aspectos: portarias para pesquisa aplicada ao licenciamento ambiental, portaria para pesquisa no âmbito da arqueologia acadêmica e portaria para pesquisa para fins de restauro de bens imóveis. Os gráficos a seguir apresentam os resultados obtidos no levantamento.

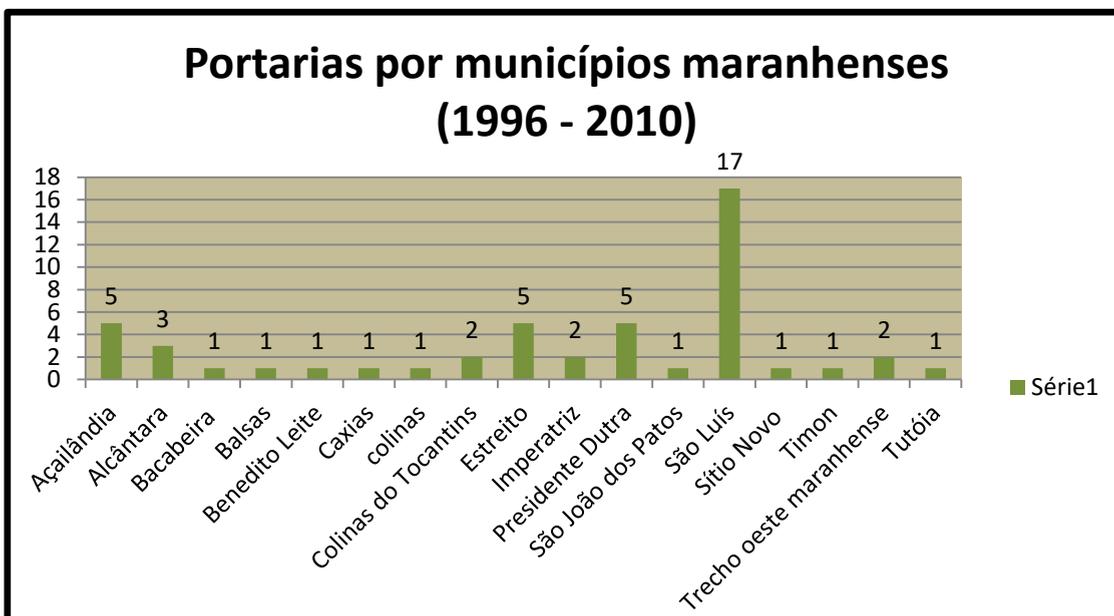
Gráfico 1 – Portarias para pesquisa arqueológica no Maranhão (1996-2010).



Fonte: Elaboração própria.

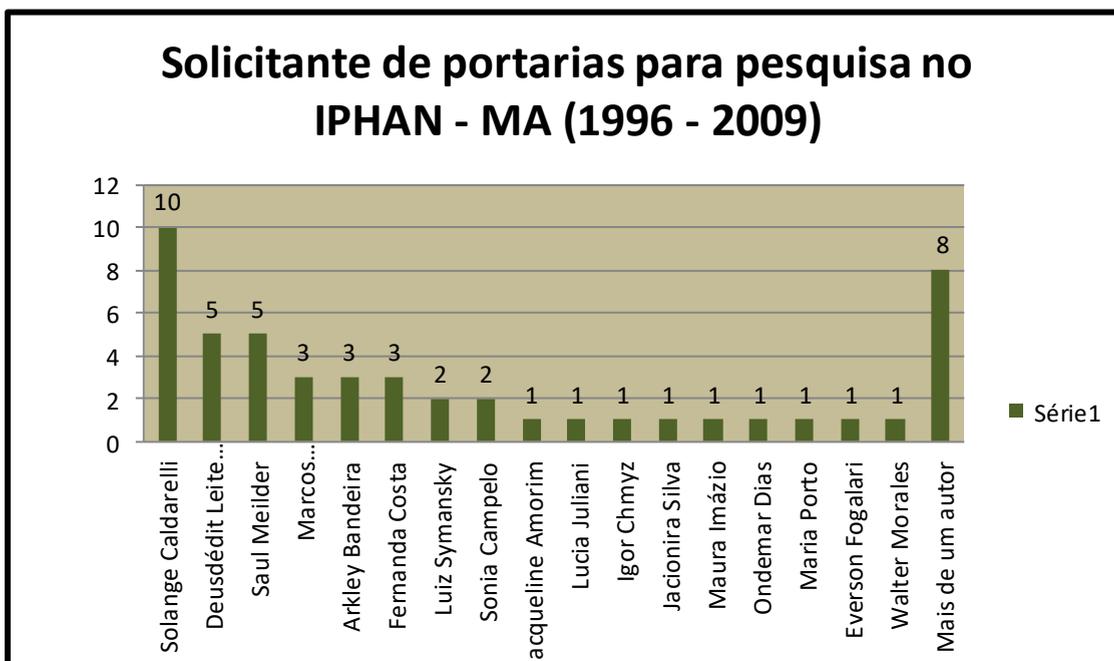
Para os locais de pesquisa foram considerados os municípios maranhenses, sendo que quando a portaria englobava mais de uma cidade, considerou-se a primeira cidade relacionada na portaria.

Gráfico 2 – Portarias por municípios maranhenses (1996-2010).



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 3 – Solicitante de portarias para pesquisa no IPHAN-MA (1996-2009)



Fonte: Elaboração própria.

Com relação ao responsável pela portaria foram coligidos dados acerca da procedência e instituição do autor da solicitação. Quando esta era feita por mais de autor foi considerado o conjunto de solicitantes.

Apesar dos números estarem relativamente atuais, nos últimos dois anos a emissão de portarias para o Maranhão cresceu exponencialmente em decorrência de novos empreendimentos que estão sendo implantados no Estado.

Tais áreas arqueológicas representam muito mais o esforço concentrado de pesquisas arqueológicas motivadas por diversos fatores: implantação de empreendimentos, projetos de turismo sustentável e de pesquisas acadêmicas em longa duração, do que propriamente regiões com grande concentração de sítios arqueológicos (BANDEIRA, 2011).

Enquanto a arqueologia praticada para o licenciamento ambiental vem ganhando espaço no Maranhão uma nova geração de pesquisadores locais iniciou formação específica em arqueologia em cursos de pós-graduação em instituições nacionais e internacionais.

Esta nova geração foi formada no âmbito do Programa Erasmus Mundus<sup>8</sup>, com destaque para os pesquisadores que iniciaram seus estudos de arqueologia em Portugal com temáticas que envolvem o Maranhão, a exemplo dos seguintes trabalhos:

- ***Bárbara Rogens Ramos Bezerra*** (Patrimônio Arqueológico Industrial em São Luís, Maranhão, Brasil: Um estudo sobre o Complexo Fábrica São Luiz); defendida em 2011;
- ***Cíntia dos Santos Moreira*** (São Luís: A cidade no Museu ou o Museu na cidade?);
- ***Geysa Lima Santos*** (Arqueologia da Paisagem no Quilombo de São Sebastião dos Pretos. Bacabal, Maranhão, Brasil); defendida em 2011;
- ***Milena das Graças Oliveira Reis*** (Filhos da Santa, terras de negro numa arqueologia quilombola: as dinâmicas de um território chamado Itamatatiua), defendida em 2011.

Além das dissertações de mestrado, duas monografias foram recém-defendidas, ambas tratando da cultura material do período oitocentista, como fonte de informação para compreender o comportamento de consumo das elites em São Luís, com co-orientação deste autor.

---

<sup>8</sup> O Erasmus Mundus (EM) foi criado em 2004 como um programa de mobilidade financiado pela União Europeia (UE). As atividades do programa têm como objetivo promover a excelência da educação superior e pesquisa dos países europeus e, ao mesmo tempo, reforçar os laços acadêmicos com países de todo o mundo. A área de arqueologia é oferecida pelo Instituto Politécnico de Tomar, em Portugal, com mestrado em Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre, em conjunto com a Universidade de Ferrara (Itália), o Museu Nacional de História Natural (França) e a Universidade de Tarragona (Espanha).

A monografia de Laura Natasha Mendonça de Sousa, *Porta adentro: a cidade de São Luís no Período oitocentista a partir do estudo da cultura material de suas casas (1800–1820)*, defendida na Universidade Federal do Maranhão, em 2011, analisou os inventários das famílias abastadas de São Luís, com vistas a identificar a cultura material registrada nesses documentos e sua visualização no registro arqueológico.

Ao passo que a monografia de Michelle Ribeiro Silveira, *O consumo do Luxo: o espaço social da louça inglesa na sociedade ludovicense oitocentista (1800–1850)*, defendida na Universidade Estadual do Maranhão, em 2012, analisou a presença de faianças finas inglesas na documentação histórica e no registro arqueológico, visualizando o papel das relações entre a Inglaterra e o Maranhão na reprodução dos padrões de consumo europeu em São Luís.

O esforço conjunto para inserção da arqueologia no meio acadêmico e político sintetizado neste resultou na organização do *Seminário Nacional Arqueologia e Sociedade: construindo diálogos e parcerias para preservação do patrimônio arqueológico do Maranhão*, fomentado pela Superintendência do IPHAN no Maranhão e apoiado pela UFMA. O evento aconteceu entre os dias 17 e 20 de agosto de 2011, no auditório central da referida Universidade.

O Seminário Nacional reuniu em sua programação os maiores nomes da arqueologia brasileira, em três dias de intensa programação científica e cultural, com um público estimado de mais de quatrocentas pessoas, além de autoridades públicas, sociedade civil organizada e empresariado, para discutir os rumos da arqueologia maranhense (BANDEIRA, 2011)<sup>9</sup>.

A programação científica do evento objetivou esclarecer a arqueologia como área do conhecimento para os estudantes e jovens pesquisadores, bem como apresentou os resultados de pesquisas arqueológicas já realizadas no Maranhão.

---

<sup>9</sup> Participaram do evento como palestrantes: Prof. Dr. Eduardo Goés Neves; Dr<sup>a</sup>. Maria Claro Migliacino; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fabíola Andrea Silva; Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Arcuri; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Beatriz Borba Florenzano; Dr. Marcos Paulo de Souza Miranda; Dr. Fernando Cabral Barreto Junior; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina Oliveira Bruno; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Angelina Alves; Prof. Dr. Albérico Nogueira; Dr<sup>a</sup>. Edithe Pereira; Prof. Dr. Marcelo Fagundes; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marília Xavier Cury; Dr<sup>a</sup>. Carla Gibertoni Carneiro; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise Schaan; Dr. Segundo Quirino; Drn. Arkley Marques Bandeira; Drn. Abrahão Sanderson; Drna. Mírian Lisa Pacheco; Drn. Renato Akio Ikeoka e Ms. Bernardo Costa Ferreira.

Figura 24 – Mesa de abertura do Seminário Nacional para discutir a arqueologia como área do conhecimento.



Fonte: Foto IPHAN, 2011.

Figura 25 – Mesa Redonda para discutir a produção da arqueologia maranhense sobre a ótica interdisciplinar, com ênfase no projeto acadêmico Sambaquis do Maranhão.



Fonte: Foto IPHAN, 2011.

Para tanto, foi organizada no local do evento a *Exposição Maranhão Arqueológico*, que contou com mais de 850 visitantes nos três dias de funcionamento. Houve também visita guiada ao Parque Estadual do

Bacanga para conhecer as ruínas do Sítio do Físico e o Sambaqui do Bacanga.

Além disso, foi lançada a cartilha *Refinaria Premium I: descobrindo a História do Maranhão*, com a síntese das atividades de pesquisa em Bacabeira – MA, que resultaram na datação mais antiga do Estado para ocupação humana, algo em torno de 9.200 anos A.P. (BANDEIRA, 2011b).

O avanço da arqueologia maranhense pelo viés do licenciamento ambiental e a baixa produtividade da arqueologia no campo acadêmico foram elementos abordados nas falas de todos os palestrantes, usando como exemplo outros casos no Brasil.

A alternativa proposta a esta questão foi o investimento em formação de novos pesquisadores para equilibrar a produção de conhecimento advinda da pesquisa acadêmica em relação à pesquisa aplicada, mediante a articulação de diferentes forças, a exemplo das instituições de ensino e pesquisa, IPHAN, iniciativa privada, empreendedores etc.

Os resultados alcançados neste evento foram plenamente satisfatórios, com a apresentação de oitenta pôsteres de alunos e pesquisadores, participação intensa nas mesas de discussão, lançamento de livros, realização de uma série de reportagem sobre a arqueologia do Maranhão, vinculada em horário nobre pela principal emissora de TV e Rádio do Estado, além do registro de todo evento em jornais impressos e audiovisual para lançamento dos anais do Seminário Nacional Arqueologia e Sociedade ainda em 2012.

Figura 26 – Exposição Maranhão arqueológico antes da abertura oficial.



Fonte: Foto IPHAN, 2011.

Figura 27 – Visitantes apreciam a Exposição Maranhão.



Fonte: Foto IPHAN, 2011.

As falas dos palestrantes afirmaram a importância do Maranhão como uma região-chave para compreender os processos socioculturais e a história de longa duração dos distintos povos que já habitaram e ainda habitam a Amazônia, Cerrado, Caatinga e o Litoral maranhenses, bem como para correlações com regiões vizinhas.

Pelo exposto, o Seminário Nacional Arqueologia e Sociedade foi um evento pioneiro, que marcou especialmente a arqueologia maranhense, tendo sido um momento único no qual se discutiu o futuro da arqueologia no Maranhão, além dos caminhos a serem trilhados na pesquisa, gestão e divulgação do patrimônio cultural arqueológico.

Figura 28 – Público apreciando a área de vivência do evento com *stands* para venda de livros e divulgação da arqueologia desenvolvida em alguns empreendimentos.



Fonte: Foto IPHAN, 2011.

Figura 29 – Apresentação de pesquisas e cases de estudo na seção de pôsteres, que reuniu cerca de oitenta trabalhos.



Fonte: Foto IPHAN, 2011.

Os desdobramentos do Seminário refletiram-se antes mesmo do seu início, com a promoção do patrimônio arqueológico maranhense ao grande público com a maior cobertura jornalística dada até o momento para essa temática no Estado.

O Departamento de Jornalismo da TV Mirante, afiliada da Rede Globo, produziu a série de reportagem *Arqueologia: marcas do passado*, conduzida pela competente jornalista Regina Sousa, que foi veiculada entre 16 e 20 de agosto de 2012, nas duas edições diárias do JM TV.

Além dessa reportagem a arqueologia maranhense beneficiou-se de recente produção audiovisual representada pelos documentários: *As conchas, as cerâmicas e o mar: registro audiovisual da escavação arqueológica do Projeto Sambaquis do Maranhão, Ilha de São Luís – MA*, de autoria de Arkley Bandeira, Abrahão Sanderson e Pedro Gaspar, lançado em 2011 e *Memória de Pedra*, de autoria de Marcos Saldanha, lançado em 2012.

Em 2013, o conhecimento arqueológico sobre a arqueologia do Maranhão foi sistematizado na tese de doutorado defendida pelo autor no PPG MAE – USP, *Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica*.

Esta tese discorreu sobre a investigação realizada em 5 (cinco) sítios arqueológicos situados no Maranhão: sambaquis do Bacanga, Panaquatira, Paço do Lumiar e sítios cerâmicos Vinhais Velho e Maiobinha I. A problemática de pesquisa foi inicialmente delineada em 2005, em

dissertação de mestrado sobre o Sambaqui do Bacanga, que objetivou apresentar uma cronologia para a ocorrência de cerâmica nesta ocupação pescadora-coletora-caçadora.

Figura 30 – Documentário sobre os sambaquis da Ilha de São Luís: *As conchas, as cerâmicas e o Mar*, lançado em 2011.

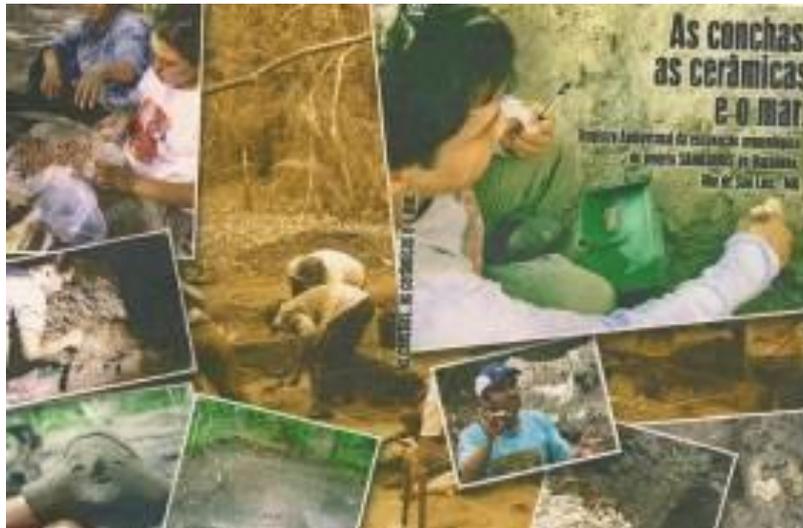


Figura 31 – Documentário *Memória de Pedra* sobre a trajetória da arqueologia maranhense, lançado em 2012.



A ampliação do objeto de pesquisa se deu com a busca de outros sítios arqueológicos, no intuito de se construir conhecimento sobre as ocupações ceramistas na Ilha de São Luís, em uma perspectiva regional e sob os auspícios da Arqueologia da Paisagem.

As atividades de campo consistiram de escavações em amplas áreas

para evidenciação dos processos de formação do registro arqueológico, a espacialidade dos sítios e o contexto deposicional da cerâmica.

A hipótese que norteou o trabalho principiou que a Ilha de São Luís foi densamente ocupada por diversos grupos humanos, em uma perspectiva de longa duração, em decorrência da estabilidade climática do Holoceno Médio, que propiciou um ambiente marítimo-estuarino-insular com alta taxa de produtividade nos ecossistemas litorâneos, principalmente os manguezais (BANDEIRA, 2013b).

A interpretação dos resultados possibilitou identificar distintos horizontes culturais que ocuparam a Ilha de São Luís, desde 6.600 anos Antes do Presente até o período de contato com o colonizador europeu, em princípios do século XVII. As ocupações humanas que colonizaram a Ilha de São Luís se diferenciaram pelo modo de vida, subsistência, cultura material e formação do pacote arqueológico (BANDEIRA, 2013b).

Correlações entre as variáveis espaço temporais, inserção na paisagem e tecnotipologia cerâmica atestaram a existência de uma ocupação mais antiga, representada por um horizonte ceramista pré-sambaquieiro; seguida de uma ocupação intermediária de longa duração, associada a um horizonte ceramista sambaquieiro; substituída por um horizonte ceramista tardio associado à terra preta arqueológica, seguido de um horizonte ceramista simples e finalizando com um horizonte associado aos Tupinambás, que se estendeu até o período do contato (BANDEIRA, 2013b).

Os resultados obtidos na tese indicaram que, mesmo com a diversidade cultural e amplitude temporal, as ocupações humanas na Ilha de São Luís se assentaram nas mesmas áreas, tornando-se esses lugares atrativos ao longo dos milênios, por apresentar áreas de captação de recursos alimentares, matérias-primas, fontes de água doce e relacionar-se com os locais mais privilegiados topograficamente para habitação.

Além disso, o capítulo 3 da referida tese sistematizou o conhecimento arqueológico até então produzido no Maranhão e que desdobrou neste artigo.

Outra tese sobre a arqueologia do Maranhão também foi defendida em 2013, intitulada de *Bacanga, Panaquatira e Paço do Lumiar: estudo das indústrias líticas presentes em sambaquis na Ilha de São Luís, Maranhão, por cadeias operatórias e sistema tecnológico*, de autoria de Abrahão Sanderson Nunes F. da Silva, no PPG MAE - USP.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, a narrativa abordou as contribuições dos intelectuais e pesquisadores especializados, tendo em vista as suas contribuições para

compreensão da trajetória histórica da arqueologia maranhense. Trata-se de um período mais recente na produção do conhecimento desta disciplina, datado a partir da última metade do século XX e se estendendo até os dias atuais.

A reunião das diversas fontes documentais sobre a arqueologia do Maranhão objetivou fornecer um quadro de referência atualizado sobre essa área do conhecimento e seu desenvolvimento no Estado.

A lição que ficou foi que a arqueologia maranhense tem uma longa trajetória na identificação de sítios arqueológicos, com atuação pioneira no Brasil de vários intelectuais maranhenses, resultando em estudos de sítios arqueológicos que até hoje são revisitados e referenciados na literatura especializada.

Apesar disso, a arqueologia não obteve o devido reconhecimento das instituições de ensino e pesquisa no Estado até o início do século XXI. Tal conjuntura resultou na baixa produção científica e no conhecimento fragmentado sobre as ocupações humanas anteriores à presença do europeu nessa região.

Os esforços nesse decurso histórico vêm ao encontro de uma conjuntura bastante favorável para a oficialização da arqueologia como área do conhecimento na Universidade Federal do Maranhão. Uma parceria entre o IPHAN, UFMA, Governo do Estado do Maranhão empreendedores vem articulando a criação de Núcleo de Arqueologia da UFMA, com o intuito de atuar na formação de pesquisadores para desenvolver a arqueologia maranhense, para guarda de acervos arqueológicos, bem como promoção e divulgação desses bens arqueológicos em uma exposição.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando. Ozório. **O complexo Tupi na Amazônia Central**. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BANDEIRA, Arkley Marques. **Um panorama sobre os registros rupestres no Estado do Maranhão**. 2003. Monografia (Licenciatura plena em História). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, [2003].

----- **Ocupações humanas pré-históricas no litoral maranhense: um estudo arqueológico sobre o sambaqui do Bacanga na Ilha de São Luís–Maranhão**. 2008. 173 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, [2008].

----- Maranhão Arqueológico. Conferência Magistral. **Seminário Nacional**

**Arqueologia e Sociedade:** construindo diálogos e parcerias para preservação do patrimônio arqueológico do Maranhão. IPHAN: UFMA, São Luís, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Refinaria Premium I:** descobrindo a história do Maranhão. Cartilha de Educação Patrimonial. PBA de Arqueologia Refinaria Premium I. Bacabeira – MA, 2011b.

\_\_\_\_\_. Os Pioneiros e Seu Legado na Construção da Arqueologia do Maranhão. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, v. 10, n. 19, p. 7–58, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA:** inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, [2013b].

BANDEIRA, Arkley. Marques et al. **As conchas, as cerâmicas e o mar:** registro audiovisual da escavação arqueológica do Projeto Sambaquis do Maranhão, Ilha de São Luís – MA. São Luís, 2011. Documentário, 11 minutos.

BEZERRA, Bárbara Rogens. Ramos. **Patrimônio Arqueológico Industrial em São Luís, Maranhão, Brasil:** um estudo sobre o Complexo Fábrica São Luiz. 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Instituto Politécnico de Tomar, Departamento de Geologia da UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Território, Arqueologia e Patrimônio do IPT, [2011].

BRAGA, Ariana. Silva. **Sítio Arqueológico Testa Branca II, Contributo a Arqueologia Rupestre Brasileira. Estreito, Maranhão – Brasil.** 2011. 159 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Instituto Politécnico de Tomar, Departamento de Geologia da UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Território, Arqueologia e Patrimônio do IPT, [2011].

BRASIL. **Resolução CONAMA n. 001, 1986.**

CHYMZ, Igor. Abordagens Arqueológicas na Amazônica. **Arqueologia**, Curitiba, v. 9, p. 1–16, 2006.

DUNNELL, Robert. Methodological Issues in Contemporary Americanist Archaeology. In: **Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of**

Science Association. EUA: Symposia and Invited Papers, v. 2, p. 717–744, 1984.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Brazilian archaeology: a reappraisal. In: POLITIS, G.G.; ALBERTI, B. (Org.). **Archaeology in Latin American**. Nova York: Routledge, 1999. p. 17–37.

GASPAR, Maria. Dulce; SILVEIRA, Maura Imázio. Os pescadores-coletores-caçadores do litoral Norte brasileiro. In: TENÓRIO, M. C. (Org.). **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 247–256.

GASPAR LEITE, Eliane. **Patrimônio arqueológico do Maranhão: resgate da memória, construção da identidade e fortalecimento da cidadania**. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA, 2. UEMA: São Luís, 2011.

IKEOKA, Renato Akio. **Análise de cerâmicas arqueológicas do Sambaqui do Bacanga (São Luís, MA) por EDXRF portátil**. 2009. 132 f. Dissertação (Mestrado em Física) – Universidade Estadual de Londrina, [2009].

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. Gravuras Rupestres no Município de Carolina – MA. Cantaria – **Boletim informativo do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico e Paisagístico do Maranhão**, São Luís, v. 4, n. 11, p. 2, 1991.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro; GASPAR LEITE, Eliane. Grafismos rupestres. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, São Luís, n. 12, p. 8, dez. 1998.

\_\_\_\_\_. Ocupação Pré-histórica na Ilha de São Luís: Ocorrência de Grupos Cerâmicos Proto-Tupi. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, São Luís, n. 32, p. 12–13, 2005.

LIMA, Olavo Correia. **Ameríndios maranhenses**, São Luís, v. 59, n. 8, p. 38–54, 1985a.

\_\_\_\_\_. Homo Sapiens stearensis. **Antropologia Maranhense**, São Luís, v. 59, n. 9, p. 33–43, 1985b.

\_\_\_\_\_. Província Espeleológica do Maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**, São Luís, v. 59, n. 10, p. 62–70, 1985c.

\_\_\_\_\_. **Cultura rupestre maranhense – arqueologia, antropologia**. V. 60, n.

11, p. 07–12, 1986a.

\_\_\_\_\_. **Parque Nacional de Guaxenduba**, v. 60, n. 12, p. 21–36, 1986b.

\_\_\_\_\_. **No país dos Timbiras**. v. 61, n. 13, p. 82–91, 1987.

\_\_\_\_\_. **Mário Simões e a arqueologia maranhense**, v. 62, n. 14, p. 23–31, 1991.

LIMA, Olavo Correia; AROSO, Odir Correia Lima. **Pré-História Maranhense**. São Luís: SIOGE, 1989.

LOPES, Raimundo. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

MACHADO, Ana Lúcia et al. Os sambaquis da Ilha de São Luís – MA. In: SIMPÓSIO DE PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE BRASILEIRO, 1, 1991. **Anais...** Recife: UFPE – CLIO – Série Arqueológica v.1, n. 4 – extra, 1991, p. 99–100, 167 p.

MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. História da arqueologia brasileira. **Pesquisas**, São Leopoldo, v. 46, 1991.

MELO, Ulysses Pernambucano. **Relatório de Pesquisa Arqueológica e História sobre o Sítio Santo Antônio da Alegria (Sítio do Físico), em São Luís – MA**. 1976.

MOREIRA, Cínthia dos Santos. **São Luís: a cidade no Museu ou o Museu na cidade**. 2011. Dissertação (Mestrado em Técnicas de Arqueologia) – Instituto Politécnico de Tomar, Departamento de Geologia da UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Território, Arqueologia e Património do IPT, [2011].

PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Arqueologia Brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969. (Publicações Avulsas, 12).

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

REIS, Milena das Graças Oliveira. **Filhos da Santa, terras de negro numa arqueologia quilombola: as dinâmicas de um território chamado**

Itamatatiua. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) – Instituto Politécnico de Tomar, Departamento de Geologia da UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Território, Arqueologia e Património do IPT, [2011].

SALDANHA, Marcos. **Estudo sobre a arqueologia pré-histórica do Maranhão**. Monografia. 2011. (Licenciatura plena em História). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, [2001].

----- **Memória de Pedra**. Documentário. 40 minutos. São Luís, 2012.

SANDERSON, Abrahão Nunes F. da Silva. **Bacanga, Panaquatira e Paço do Lumiar: estudo das indústrias líticas presentes em sambaquis na Ilha de São Luís, Maranhão, por cadeias operatórias e sistema tecnológico**. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, [2013].

SANTOS, Geysa Lima. **Arqueologia da Paisagem no Quilombo de São Sebastião dos Pretos. Bacabal, Maranhão, Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Instituto Politécnico de Tomar, Departamento de Geologia da UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Território, Arqueologia e Património do IPT, 2011.

SCAFF, Luiz. **Portaria n. 76, de 14 de outubro de 1971 – autoriza o Pesquisador –chefe Mário Ferreira Simões a viajar ao Estado do Maranhão**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971.

SILVEIRA, Michelle Ribeiro. **O consumo do Luxo: o espaço social da louça inglesa na sociedade ludovicense oitocentista (1800–1850)**. Monografia (Licenciatura plena em História) –Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, [2012].

SIMÕES, Mário Ferreira. **Relatório semestral de atividades do Pesquisador–Chefe Mário Ferreira Simões para o segundo semestre de 1971**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971.

----- **Relatório sucinto das atividades científicas de Mário Ferreira Simões realizadas no 1º semestre de 1975**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975a.

----- **Relatório semestral de atividades do pesquisador Mário Ferreira Simões em 1975**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975b.

----- **Plano de pesquisas de Mário Ferreira Simões para 1975.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975c.

----- **Relatório de pesquisas de Mário Ferreira Simões para 1975.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975d.

----- **Contribuição do Museu Paraense Emílio Goeldi à arqueologia da Amazônia.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975e.

----- **Contribuição do Museu Goeldi à arqueologia da Amazônia.** Belém: MPEG, 1978.

----- **Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Nova Série, Belém, n. 78, 1981a.

----- **As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). Suplemento Acta Amazônica,** v. 11, n. 1, p. 149-165, 1981b.

SOUSA, Laura Natasha Mendonça. **Porta a dentro:** a cidade de São Luís no Período oitocentista a partir do estudo da cultura material de suas casas (1800-1820). 2011. Monografia (Licenciatura plena em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, [2011].

SOUZA, Alfredo Mendonça. **Dicionário de arqueologia.** Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

TERRA. **Expedição científica “Em Busca dos Dinossauros” chega ao Maranhão** . Disponível em: <//:virtualbooks.terra.com.br/livros\_online/dinossauros\_do\_Brasil/Cap01.htm>, 200/2011. Acesso em: 27/05/2012.

## **AUTOR**

### **Arkley Marques Bandeira**

Historiador. Mestre e Doutor em Arqueologia. Docente da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Campus Pinheiro. Professor permanente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cultura e Sociedade. Coordenador do Observatório Cultural do Maranhão. Pesquisa cerâmica arqueológica e etnográfica. E-mail: [arkleybandeira@hotmail.com](mailto:arkleybandeira@hotmail.com) .

Recebido em: 05/11/2017.  
Aprovado em: 10/01/2018.  
Publicado em: 29/06/2018.